

Um terremoto que não valeu ¹⁶ DEZ 2005

P.19

CORREIO BRAZILIENSE



JOSÉ SARNEY

Senador do Amapá pelo PMDB,
foi presidente da República

O ano político já foi. No balanço pesam mais as denúncias e revelações do que resultados concretos. Ainda estamos no terreno de conclusões e ambigüidades. Sob pressão da sociedade foram entregues duas cabeças aos tigres.

Está passando ao largo do escândalo a total falência do sistema político que produziu recursos humanos com os comportamentos revelados pelas CPIs. A única tentativa de recolher resultados e moralizar as eleições, direcionando-as para corrigir os males, saiu de um projeto do senador Jorge Bornhausen acabando com os showmícios, as superproduções hollywoodianas nos programas gratuitos de TV, e muitas outras disposições positivas, inclusive sobre controle dos gastos. Não prosperou. Do mesmo modo a reforma política morreu hibernada.

Por que o mundo cresce a um ritmo de 6%, a América Latina nesse nível e nós patinamos entre 1% e 3%? Será pela incompetência das

elites, do governo e privadas? É impossível não associar o nosso atraso ao caos político nacional submetido a maiorias ocasionais, à falência programática e ao baixo desempenho das representações políticas.

Desvia-se o foco dessa questão para discussão sobre o assunto marginal que é a verticalização, como se fosse avanço quando é retrocesso, porque serve para manter o sistema de partidos nada representativos, comandados por cúpulas, donas de legendas, sem democracia interna e onde se pode fazer tudo, desde cambalachos a aluguel de espaços de TV. José Honório já dizia em *Conciliação e reforma no Brasil* que as nossas reformas são para manter o que devia ser reformado.

Falar-se em partidos nacionais é uma piada. O Brasil conheceu a palavra "partido nacional" na Lei Agamenon Magalhães, em 1945. Nem por isso se invocou em 60 anos de eleições essa interpretação, mas sempre se respeitou a autonomia de estados e municípios. A verticalização foi feita por uma consulta ao TSE, no calor de uma eleição presidencial. Não foi ato legislativo. O resultado foi o verdadeiro pandemônio de candidatos laranjas e desorganização total do processo.

Mas o que desejo tratar mesmo é de que passamos mais um ano sem a reforma política. Ela só poderia ser feita agora, neste interregno.

Enfrentar o problema da reeleição, aumentar o mandato do presidente, acabar com o voto proporcional e ter coragem de discutir até o sistema de governo. Feita a reforma depois, vão reivindicar direito adquirido e não muda nada.

Tocqueville — já citei isso aqui — afirmava que a reeleição era a pior instituição americana. O presidente ao assumir já pensa na reeleição. Sou favorável, também, a que o presidente, depois do seu mandato, não possa ocupar mais nenhum cargo eletivo nem administrativo. A ele o Estado deve dar condições institucionais de exercer sua responsabilidade, servindo ao país com a experiência vivida e não dentro do caldeirão político. Assim é nos EUA e em outros países. Digo isso com a autoridade de quem, como Nilo Peçanha, Rodrigues Alves, Getúlio Vargas e Juscelino, voltei a cargos eletivos.

A Constituição de 88 juntou o pior do parlamentarismo e do presidencialismo. Vamos limpá-la desse dilema que deu nesse monstro que se tornou necessário: as medidas provisórias.

Mas, sinceramente, estou ficando cético. A reforma política não virá senão no bojo de uma catástrofe. Só que acham pouco o terremoto atual para ensejar reconstrução. Como disse o Renan: estamos construindo outras CPIs pré-datadas ao deixar "tudo como dantes no quartel de Abrantes".